

SERVIDOR PÚBLICO

Demissões poderão começar em novembro

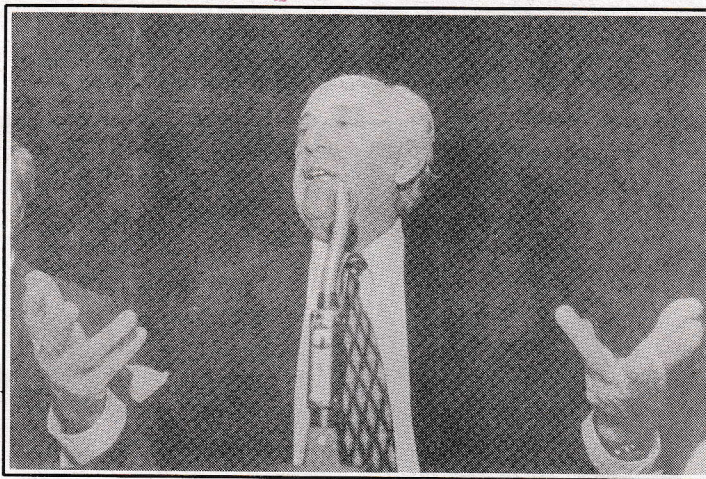
Os critérios de demissão por incompetência e por excesso de pessoal constantes da proposta de reforma administrativa são auto-aplicáveis (não necessitam de posterior regulamentação em lei).

Na prática, isto significa que tão logo a proposta de reforma seja aprovada pelo Congresso - a expectativa é que isto ocorra até novembro - União, estados e municípios poderão começar a demitir servidores.

O assunto foi comentado na reunião de ontem entre o ministro da Administração e da Reforma do Estado (Mare), Bresser Pereira, e a bancada do PMDB no Congresso.

"Prefeitos e governadores têm interesse imediato e prático na reforma administrativa, porque alguns estados e municípios estão simplesmente ingovernáveis", justificou o ministro.

Apoio - A Frente Nacional de Prefeitos, reunida semente



Bresser: "Governador e prefeitos têm interesse na reforma porque alguns estados estão ingovernáveis".

na passada, lançou o documento "Carta de Vitória" apoiando o fim da estabilidade e os critérios de demissão.

Segundo a carta, "a reforma é tida como indispensável à obtenção de maior eficácia e (...) a maioria dos prefeitos de-

fende a mudança no conceito de estabilidade do funcionalismo público".

Na reunião, o assunto mereceu exemplos. A deputada Maria Elvira (MG) comentou que o governo de Goiás compromete 80% de suas receitas com pesso-

al. Alberto Goldman (SP), acrescentou que em São Paulo a situação é idêntica.

Crítica - O deputado Zaire Rezende (MG) acha que a proposta deve ser examinada com cautela. "Por um lado as demissões podem acontecer de imediato, mas por outro é preciso pensar que tipo de treinamento os governos têm dado aos servidores para que deixem de ter desempenho insuficiente", disse.

Segundo ele, "é preciso pensar em promover a profissionalização do servidor".

A falta da expressão - ampla defesa em caso de demissão - na proposta foi outra crítica do PMDB.

A questão foi levantada pelo deputado José Luiz Clarot (PMDB-PB) que recebeu do ministro Bresser a garantia de que a expressão voltaria a ser introduzida no texto da reforma.

(Mônica Prado, Da equipe do Correio. Correio Braziliense, pág. 14 - 09/08/95)

Editorial

O alto preço da indiferença

Pela dignidade e auto-estima do servidor público

"Na primeira noite eles vêm e colhem uma flor de nosso jardim e não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem, pisam nossa grama, matam nosso cão e não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil dentre eles, conhecendo o nosso medo, rouba-nos a voz da garganta, e porque não dizemos nada, já não podemos dizer nada".

(Poema atribuído a Maiakóvski)

As nossas conquistas, dignidade, auto-estima e, até mesmo, os nossos empregos estão em jogo. Trata-se de uma análise alarmista? Antes fosse. Na realidade, uma constatação realista. Nada mais. As manchetes dos jornais estão aí, todos os dias, nos alertando. E o que fazemos? Assumimos uma posição passiva. Como se a Reforma Administrativa não nos dissesse respeito. Ou, quando muito, achamos: "ela pode atingir outras pessoas, mas, não eu". Nem mesmo quando (como diz o poema)

"arrancam uma flor de nosso jardim", nos damos ao trabalho de dizer alguma coisa. O nosso silêncio é cúmplice. A nossa apatia idem.

Capitular, antes do fim da batalha, não tem sido a prática comum entre os servidores técnico-administrativos da UFG. Pelo contrário. Prova disso são as nossas conquistas históricas, a exemplo da participação na Constituinte, a estabilidade dos servidores públicos, o Regime Jurídico Único, Plano de Carreira, direito à sindicalização, concurso público,

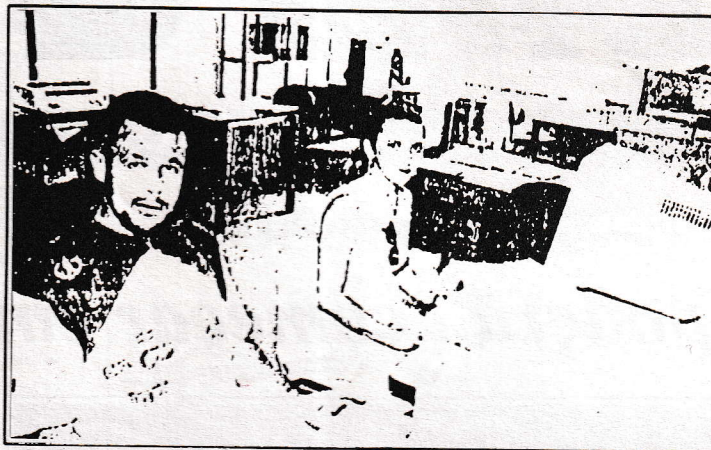
isonomia salarial e as memoráveis lutas que resultaram na efetivação das 30 horas. Num ato de violência extrema, querem arrancar de nossas mãos todas estas vitórias, que nos custaram tantos sacrifícios. Ou seja, querem colher todas as flores do nosso jardim. Se não nos indignarmos com isso. Se não nos mobilizarmos contra isso, vão, até mesmo, roubar a voz de nossa garganta. E aí, já não poderemos dizer mais nada.

Reforma de Collor criou legião de desajustados

Desagregação familiar, alcoolismo, drogas e suicídios fazem a história de muitos dos demitidos

Brasília - A anistia a conta-gotas que o governo federal está concedendo a servidores demitidos pela reforma administrativa do Governo Collor, chegou tarde para Maria de Lourdes Santos, de Brasília. Readmitida em fevereiro pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), ela morreu em março de AIDS, doença que contraiu depois de se viciar em drogas. Para Marlene Campos Machado, demitida em 1990 da Enfraero, a anistia também será inútil. Abandonada pelo marido que não suportava sua depressão, ela adquiriu distúrbio mental irreversível e não tem previsão de alta na Casa Psiquiátrica de Itaperuna, no Rio, onde está internada.

A devastadora desagregação social causada em Brasília pela Reforma Administrativa, do Governo Collor sobre 108.000 servidores demitidos vai virar tese de mestrado, desenvolvida pelo pesquisador Jorge Vidal Madeiro, ele próprio um dos atingidos. Alcoolismo, drogas, suicídios, criminalidade farão parte desta história de horrores. O Sindicato dos Servidores Públicos (Sindsep) está preparando um levantamento nacional sobre as consequências das reformas administrativas de 1990 na vida dos funcionários atingidos.



Gonçalves e Matutina: histórias de humilhação e abandono



Elza: dispensada a um mês da aposentadoria e fora da anistia

Os primeiros dados indicam que cerca de 70% dos demitidos na era Collor desfizeram seus casamentos. Na grande maioria, são maridos abandonados pelas mulheres, que não suportaram a queda de padrão de vida depois da demissão do companheiro, o que em muitos casos significou passar fome mesmo. "Perdi tudo que eu mais amava na vida, inclusive a auto-estima", reclama Henock Ribeiro de Moraes, 45 anos. Ele foi demitido em 1990 da Cobal e nunca mais conseguiu emprego fixo.

Depois de seis meses de privações, a mulher o abandonou com três filhos menores e fugiu com um peruano. Há vários meses sem pagar a prestação da casa financiada, agora está ameaçado de despejo. As duas filhas mais velhas tiveram de largar os estu-

dos e sustentam a casa com o pouco que ganham, uma como professora primária e outra como caixa de supermercado. Com ar apalermado, olhar vago e sem brilho, ele passa o dia percorrendo empresas e distribuindo cópias do pomposo currículo xerocopiado de favor no Sindsep.

Jurandir Silva Umbelino, ex-técnico de informática no Rio, teve de trocar a sala acarpetada e com ar-condicionado do Serpro por um carrinho de suco de frutas, com o qual sobreviveu nos primeiros meses de desemprego. Em Brasília há três meses para lutar pela anistia, ele vende roupas e bijuterias para sobreviver na cidade.

José Antônio Gonçalves, programador de dados da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caceb), é outro desafort-

tunado. Demitido após dez anos de casa, Gonçalves nunca mais foi o mesmo. Primeiro tentou a sorte como vendedor numa loja de pneus, depois perambulou por vários subempregos até chegar perto de se tornar traficante de drogas, cooptado por um amigo que mais tarde viria a ser morto por rivais.

O pior, porém, foi quando viveu a experiência de exercer a mesma função na mesma empresa de onde fora demitido, ganhando cinco vezes menos, como contratado pela empresa locadora de mão-de-obra Sadi, chamado pelo governo para substituir os demitidos. Depois de vender a casa para se sustentar com a mulher (deficiente física) e os dois filhos, ele vive atualmente à míngua e depende de um pró-labore que o Sindsep lhe paga para organizar o setor de informática da entidade. "Passei muita fome e humilhação com meus filhos, até minha família me desprezou, achando que não consegui emprego por ser preguiçoso", queixa-se.

Mas há também casos de esposas abandonadas pelo marido por se tornarem insuportáveis quando perderam a auto-suficiência, depois da demissão. Foi o caso de Matutina Maria de Oliveira, abandonada pelo marido um ano depois de ser demitida do Ministério de Minas e Energia. "Não soube conviver com a perda da minha independência financeira e passei a brigar muito com meu marido, virei uma chata e ele não aguentou", lamenta Matutina. "Para mim perder o emprego foi como perder a dignidade".

Setor privado rejeita servidor

Preconceito contra categoria fecha portas do mercado formal de trabalho

Brasília - Uma das maiores dificuldades para os servidores que perdem emprego é enfrentar a discriminação na iniciativa privada contra profissionais vindos do setor público. Antônio Acioly de Vasconcelos, gerente das Lojas Brasileiras em Brasília, conta que após a reforma administrativa do governo Collor muitos demitidos procuraram trabalho na empresa, mas só dois foram contratados e em menos de um mês pediram demissão. Os demais



foram sutilmente despachados. "A adaptação é praticamente impossível", explicou Vasconcelos. "No governo eles estão acostumados a um sistema em que os salários são bons, existem regalias, e dez fazem o trabalho de dois".

Vítima desse tipo de discriminação, Adão Juvêncio, operador de máqui-

nas demitido da Embrapa em 1990, conta que várias vezes pensou em se matar. Depois de vários bicos, aos 52 anos, sobrevive como flanelinha no estacionamento do Conjunto Nacional. Perdeu a mulher, amigos e as referências da vida confortável do passado. Anistiado, aguarda reintegração.

João Evangelista de

Souza, PhD em geologia, com doutorado no Exterior, ganha hoje um bom dinheiro com pareceres técnicos para fazendeiros interessados em comprar terras. Mas luta pela readmissão, por se sentir humilhado e desviado das funções para as quais se preparou a vida inteira.

Alguns morreram logo após a notícia da demissão e outros foram sucumbidos de doenças de fundo psicológico. Os dados para um levantamento mais preciso ainda são precários, sobretudo por causa da dificuldade de caracterizar muitas mortes como consequência da demissão. Com Roberto Alves Moreira, porém, não há dúvida: ele sofreu enfarte fulminante na mesma noite em que soube da perda do emprego.

(Vannildo Mendes - O Estado de S. Paulo - 03/04/95 - pág. A-6)

Perda de emprego significou degradação pessoal e desestruturação de famílias

Brasília - Segundo dados do Sindicato dos Servidores Públicos (Sindsep), nos lugares onde o desemprego é crítico, como no Rio, muitos servidores demitidos pela reforma administrativa de 1990 acabaram engrossando as fileiras do crime organizado. Outros, humilhados, passaram a sobreviver da caridade de familiares e amigos, ou ainda se deixaram dominar pelo fracasso e tornaram-se mendigos. É o caso de Carlos Laureano, ex-artífice de manutenção da Rede Ferroviária Federal, por exemplo, que se tornou alcoólatra degradado e hoje mora debaixo do

viaduto Vicente, na periferia de Belo Horizonte.

Entre as vítimas da era Collor, são tantos os alcoólatras, alguns em fase avançada de desajuste, que o Sindsep tem dificuldade em realizar assembleias para tratar da luta dos anistiados. Algumas manifestações são facilmente desviadas de rumo em virtude do estado deplorável dos participantes. Segundo a pesquisadora Hilnete de Carvalho Vieira, famílias aparentemente felizes e estruturadas foram de repente lançadas num mundo de incertezas e muitas não suportaram a mudança radical de qualidade de vida.

Meninos acostumados com presente no natal e férias

na praia tiveram repentinamente de abandonar a escola para ajudar no orçamento familiar, geralmente com subemprego e não raramente reforçando as estatísticas da prostituição e de outras contravenções juvenis. Em todo o País, conforme dados parciais, o Sindsep contabiliza mais de 50 suicídios, a maior parte envolvendo demitidos da ECT e do Ministério da Agricultura. A maioria ocorreu no Rio, em Brasília e em São Paulo, onde se concentraram mais de 80% das demissões. Os suicídios começaram logo nos primeiros meses da reforma. Um técnico da Infraero, de 27 anos, inaugurou as estatísticas.

Os traumas atingiram

também altos executivos, como Elza Castanheira Iglezias, formada em ciências contábeis. Ela foi demitida do BNCC em março de 1990, quando faltava apenas um mês para se aposentar com salário integral equivalente hoje a R\$ 6 mil. A idade (57 anos) e alta especialização a tornaram indesejável na iniciativa privada. Agora, se quiser se aposentar, será pelo INSS com salário mínimo. Destituída de todos os privilégios de classe média, ela entrou na Justiça, porque nem sequer foi abrangida pela anistia.

(O Estado de São Paulo - 03/04/95, pág. A-6)

Só existe uma saída: a mobilização

No primeiro semestre o governo de Fernando Henrique Cardoso apostou todas as fichas e conseguiu aprovar diversas emendas constitucionais. Foram, principalmente, reformas na área econômica, que causarão danosas consequências à soberania nacional, notadamente nos casos do fim da distinção entre empresa nacional e estrangeira, quebra do monopólio estatal das telecomunicações e do petróleo, e a abertura da exploração do subsolo ao capital estrangeiro. Agora, neste segundo semestre, o governo deseja mais: quer abolir as conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988 e impor restrições antidemocráticas na organização político-partidária e eleitoral, implantando a cláusula de barreira, fim das coligações e o voto distrital.

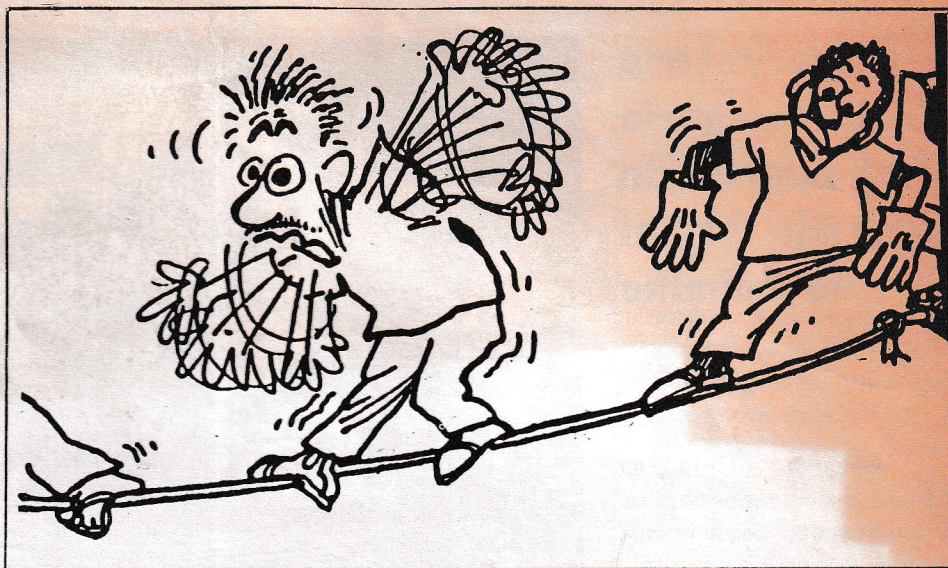
Quanto à chamada Reforma do Aparelho do Estado, proposta pelo ministro Bresser Pereira, o objetivo é claro: quebrar a espinha dorsal da organização dos servidores públicos federais, acabando com as conquistas históricas da categoria, tais como fim da estabilidade, do Regime Jurídico Único, do plano de carreira, da isonomia, do concurso público, das 30 horas, entre outras. Quanto a este último ponto, o governo acaba de editar o decreto 1.590 (publicado no dia 10/08 no Diário Oficial da União), cassando o direito das 30 horas. Para reverter esse quadro, é fundamental que seja deflagrado com a máxima urgência um amplo movimento em defesa

das 30 horas.

É importante lembrar que, quando iniciou-se a discussão sobre Reforma Administrativa, o governo evitava falar em demissão. Bastou que consolidasse a sua base parlamentar no Congresso Nacional, o discurso mudou. Estima-se que o governo FHC contabilize o apoio de cerca de 360 parlamentares. Para aprovar as suas reformas necessita de 307 votos. Ou seja, para evitar a vitória do governo nessas questões são necessários subtrair em torno de 60 votos. Mas como conseguir isso? Só há uma maneira: através da pressão e da mobilização populares.

Daí porque é fundamental que você, servidor, destine uma parte de seu

tempo para contribuir com a luta em defesa do serviço público e da soberania nacional. Compareça ao Sint-UFG, coloque-se como voluntário e ajude, na sua unidade, a mobilizar os seus colegas de trabalho. Mostre a ele que, sem luta e mobilização, não se obtém vitórias e conquistas. Participe das atividades (debates, reuniões, assembléias, etc.) organizadas pelo Sint-UFG. Nesse momento gravíssimo, é fundamental que a categoria demonstre a sua união, a vontade de lutar e de resistir. São esses sentimentos que vão nos impulsionar e nos manter firmes nas diversas frentes de batalha. Vamos varrer a apatia e a indiferença. Todos à mobilização, à luta e à vitória!



SINT-UFG CONVOCA

ASSEMBLÉIA GERAL DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

DIA 22/08 (TERÇA-FEIRA) ÀS 8H30

**AUDITÓRIO DA FACULDADE DE ODONTOLÓGIA
PAUTA:**

- * Decreto 1.590 (40 h)
- * Dia Nacional de Luta (23 de agosto)
- * Outros assuntos

Participe. Sua presença é fundamental!

EXPEDIENTE

**Órgão de Divulgação do Sindicato
dos Trabalhadores da
Universidade Federal de Goiás**

5ª Av., esq. c/ 227, S. Universitário
Goiânia-GO - Fone: 261-4465

DIRETORIA

Coordenador Sindical:

Paulo Guerra

Secretário Social:

Joaquim Leite de São José

1º Secretário de Finanças:

Júlio César Prates

Secretária de Imprensa e Divulgação:

Lucilene Fernandes Santana

Vice-Coordenador Sindical:

João Pires Júnior

Vice-Coordenadora Social:

Marilda Nogueira

2º Secretário de Finanças:

Pedro Batista da Silva

Assessor de Formação Política

Airvelton Machado

Jornalista Responsável:

Francisco Barros (Reg. Prof. 429/03/116)

Programação Visual:

Adriana C. Almeida

Coordenação Gráfica:

GRÁFICA KELPS - (062) 225-8116

"Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da diretoria do Sint-UFG"